



MANIFESTO NACIONAL POR UM PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE À VITIMIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA

As entidades de classe representativas das diversas categorias da segurança pública no Brasil manifestam publicamente sua indignação aos recentes crimes hediondos perpetrados na forma de homicídios com torpeza e emboscada a policiais no Brasil, tal como recentemente ocorrido com os irmãos policiais militares soldados Samuel Wesley Cosmo, 35 anos, lotado na ROTA da Polícia Militar de São Paulo, vitimado na data dias atrás em Santos.

Esse crime hediondo se soma ao homicídio igualmente hediondo de seu irmão policial militar Kennedy Cosmo, praticado por bandidos mediante emboscada em Santo André, no ano de 2018.

Essa tragédia vergonhosamente se torna a banalização do mal em nosso país, cuja sociedade, demais órgãos do Sistema de Justiça Criminal e determinadas instâncias políticas se acostumaram a conviver com estatísticas macabras de homicídios de policiais militares, civis, rodoviários, penais, federais, agentes sócio educativos e guardas municipais neste país.

Para agravar, vê - se um conjunto deliberado de estereótipos, incompreensões, deturpações unforméticas e estudos enviesados de certas organizações não governamentais quanto ao fenômeno "letalidade policial", em geral pré-condenando policiais com fulcro no senso comum, vieses informacionais e ignorância banalizada, formando um deplorável caldo de cultura que polariza o sentimento da opinião pública em relação aos policiais no Brasil, notadamente quanto ao uso da força e sacralização de criminosos tratados como "bandidos sociais" ou "excluídos reativos à pobreza".

Afirmam que "a vitimização policial é consequência da letalidade policial deliberada", como se teorias e estudos criminológicos inúmeros que avalizam fatores culturais criminógenos e o livre arbítrio para a delinquência não tivessem pertinência causal na criminalidade e fossem os policiais e agentes da segurança pública os determinantes causais da violência no Brasil - um devaneio próprio de uma Nação subdesenvolvida em valores, políticas e prioridades.

As entidades de classe subscritoras clamam para que as entidades de classe de âmbito nacional legitimadas na defesa das categorias da segurança pública, segmentos da sociedade civil realmente comprometido, classe política, academia e o Governo Federal e governos estaduais se articulem em ações institucionais e de mudanças legislativas em um PROGRAMA NACIONAL DE COMBATE À VITIMIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA tais como:

- estruturação de unidades especializadas em apuração e repressão qualificada a homicídios contra profissionais da segurança pública de qualquer carreira;

- aplicação de regime obrigatoriamente fechado em regime disciplinar diferenciado em unidades penitenciárias de segurança máxima para homicídio qualificado ou lesão corporal com resultado morte perpetrados contra tais profissionais;

- apoio irrestrito a procedimentos de investigação qualificada de cooperação e ligação de certas organizações não governamentais potencialmente vinculadas a facções criminosas;

- criação de memorial nacional de agentes de segurança pública vitimados em serviço ou em razão da função;

- instituição de programa nacional de apoio, em variadas medidas, às famílias de agentes de segurança pública mortos em serviço ou em razão da função;

- tratamento processual prioritário em inquéritos e nos processos de homicídios e lesão corporal com resultado morte de agentes de segurança pública, vitimados na função ou em razão da função.

Outras medidas efetivas de enfrentamento à vitimização policial podem ser complementadas em apoio a esta grave mazela nacional, pois a vida de um agente de segurança pública, na função ou em razão da função, representa a encarnação do próprio Estado, e a sua morte reflete um cenário de profunda afronta ao Estado de Direito e de justiça do país, pois os seus guardiões estão sendo caçados e a nação silente, pois o Brasil é o país do Hemisfério Ocidental com maior número anual absoluto de mortes de profissionais de segurança pública de todas as carreiras.

Brasília, 08 de março de 2024

ADEPOL DO BRASIL - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil

FENAPPI – Federação Nacional dos Peritos Oficiais em Identificação

FENEME - Federação Nacional das Entidades Militares Estaduais

ANERMB - Associação Nacional das Entidades Representativas de Policiais Militares e Bombeiros Militares e Pensionistas do Brasil

ADPF – Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal